PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO GHC

Projeto de Parceria Público-Privada do Novo Complexo de Saúde do GHC

Atualização com base nos materiais fornecidos e nas páginas oficiais consultadas até 29 de outubro de 2026.

1. Síntese executiva

O Grupo Hospitalar Conceição (GHC) está desenvolvendo o projeto denominado Novo Complexo de Saúde Inteligente do GHC, que prevê reunir e modernizar serviços hospitalares atualmente distribuídos entre diferentes unidades da instituição, em Porto Alegre. A iniciativa está sendo estruturada como uma Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa, com participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Ministério da Saúde e da Casa Civil da Presidência da República.

O projeto prevê a construção de uma estrutura hospitalar de grande porte, com capacidade de até 750 leitos, aproximadamente 100 mil m² de obras, aquisição de equipamentos e **transferência à iniciativa privada de responsabilidades relativas à construção, à equipagem, à manutenção e à operação de serviços não assistenciais**. A prestação dos serviços médicos e assistenciais deverá permanecer sob responsabilidade pública, vinculada ao GHC e ao Sistema Único de Saúde (SUS).

OBS1:

O investimento de R$ 1,9 bilhão foi divulgado pelo GHC em setembro de 2026 como previsão para o empreendimento. Entretanto, a página do projeto no Hub de Projetos do BNDES informa que ainda não há estimativa de investimento disponível, pois o empreendimento está na fase de estudos. Portanto, o valor divulgado deve ser entendido como uma previsão anunciada, e não como orçamento definitivo ou valor já contratado.

OBS2:

A iniciativa encontra-se em fase de **estruturação**. O início dessa etapa foi anunciado em 8 de setembro de 2026, após um processo interno de preparação conduzido pelo GHC ao longo dos dois anos anteriores. O BNDES passou a coordenar os estudos especializados necessários à modelagem técnica, assistencial, operacional, econômico-financeira e jurídica da futura concessão.

2. O que está previsto no projeto

Investimento divulgado pelo GHC

R$ 1,9 bilhão

Estimativa anunciada; ainda sem valor consolidado na página do BNDES.

Capacidade prevista:

Até 750 leitos, sujeitos à confirmação nos estudos.

Área de obras:

Cerca de 100 mil m² conforme o Hub de Projetos do BNDES.

Salas cirúrgicas:

43 - Incluindo ambientes preparados para procedimentos robóticos.

Fontes: GHC, notícia de 9/9/2026; BNDES, Hub de Projetos e RFI nº 03/2026.

2.1. Unidades abrangidas

A proposta prevê concentrar os serviços das seguintes unidades em uma nova estrutura hospitalar conectada ao Hospital Nossa Senhora da Conceição:

- Hospital Criança Conceição (HCC);
- Hospital Cristo Redentor (HCR);
- Hospital Fêmina (HFE);
- Centro Obstétrico do Hospital Nossa Senhora da Conceição (CO–HNSC).

O planejamento também prevê integração física com o Hospital Nossa Senhora da Conceição, por meio de passarelas destinadas à circulação de pacientes e trabalhadores. A finalidade anunciada é aproximar especialidades, centros cirúrgicos, diagnóstico, unidades de terapia intensiva e demais setores assistenciais.

OBS3:

É importante distinguir a integração dos serviços da eventual reorganização institucional das unidades. **O material consultado descreve a concentração de serviços e a conexão entre edificações, mas não detalha integralmente como ficarão a estrutura administrativa, os vínculos funcionais, a lotação das equipes e o funcionamento de cada unidade após a implantação.**

2.2. Especialidades e serviços previstos

A descrição da RFI nº 03/2026 identifica as seguintes áreas de atendimento:

- assistência materno-infantil;
- hebiatria, voltada à saúde de adolescentes;
- traumato-ortopedia;
- neurocirurgia;

- cirurgia plástica reparadora;
- cirurgia vascular;
- cirurgia bucomaxilofacial.

A divulgação institucional de setembro de 2026 acrescenta os seguintes componentes da infraestrutura e da oferta assistencial:

Item	**Previsão divulgada**
Capacidade hospitalar	Até 750 leitos
Salas cirúrgicas	43, incluindo preparação para procedimentos robóticos
UTI adulto	70 leitos
UTI pediátrica e neonatal	70 leitos, em conjunto, conforme a divulgação
Diagnóstico	Serviços de diagnóstico
Atendimento ambulatorial	Previsto
Reabilitação	Serviços previstos
Banco de leite humano	Previsto
Reprodução assistida	Espaços previstos
Emergências	Integração em rede
Heliponto	Previsto para situações críticas
Alta complexidade	Expansão de procedimentos, incluindo cirurgias fetais e transplantes
Tecnologia	Dados em tempo real, inteligência artificial e medicina de precisão

Fontes: RFI nº 03/2026 e divulgação institucional do GHC.

OBS4:

Ressalva: essas informações descrevem o planejamento divulgado. A configuração final, a distribuição dos leitos, a carteira de serviços, a capacidade operacional e os requisitos tecnológicos precisam ser confirmados pelos estudos e documentos definitivos.

3. Como funcionará a PPP

O modelo divulgado é o de **concessão administrativa**, modalidade em que a **administração pública contrata uma concessionária privada para executar obrigações definidas em contrato e remuneradas pelo poder público**, conforme as condições estabelecidas.

No caso do GHC, a proposta **separa a infraestrutura e os serviços de apoio da assistência** direta à população.

Responsabilidades previstas

Iniciativa privada — infraestrutura e serviços não assistenciais

- Construção do complexo hospitalar.
- Fornecimento e aquisição de equipamentos previstos no contrato.
- Instalação e implantação da infraestrutura.
- Manutenção das instalações e dos equipamentos abrangidos.
- Operação dos serviços não assistenciais, denominados **"bata cinza".**

GHC e poder público — assistência à saúde

- Consultas e atendimento clínico.
- Exames e procedimentos assistenciais.
- Cirurgias e demais cuidados médicos.
- Direção e responsabilidade pela assistência à saúde.
- Atendimento público, gratuito e integralmente vinculado ao SUS.

A divisão acima sintetiza o modelo anunciado. O rol definitivo de obrigações dependerá das especificações técnicas e do contrato da concessão.

OBS5:

A RFI define o objeto da estruturação como a construção, equipagem, instalação, operação e manutenção dos serviços não assistenciais. A notícia institucional do GHC também afirma que a concessão não transferirá à iniciativa privada a prestação da assistência médica.

3.1. O que ainda precisa ser esclarecido

A expressão "serviços não assistenciais" delimita uma categoria ampla. Os documentos consultados não permitem estabelecer, com segurança, a lista definitiva de serviços que serão transferidos à concessionária, nem os limites de cada responsabilidade.

Para uma avaliação completa, será necessário conhecer, entre outros aspectos:

- quais serviços de apoio serão incluídos no contrato;
- como serão divididas as responsabilidades por equipamentos, insumos, manutenção e reposição;
- quais indicadores de qualidade e disponibilidade serão exigidos;
- como será fiscalizado o cumprimento das obrigações;
- quais consequências contratuais estarão previstas em caso de falhas;
- como será organizada a interface entre trabalhadores da concessionária e equipes próprias do GHC.

Essas definições são importantes porque a preservação da assistência pública não esclarece, por si só, todos os efeitos operacionais e administrativos da concessão.

4. Valores e investimentos

A divulgação institucional de 9 de setembro de 2026 apresentou os seguintes valores:

Destinação	**Valor divulgado**
Construção e implantação do complexo	Aproximadamente R$ 1,5 bilhão
Aquisição de equipamentos	Aproximadamente R$ 400 milhões
Investimento total previsto	R$ 1,9 bilhão

A diferença entre o valor total e a parcela destinada à construção e implantação corresponde a aproximadamente R$ 400 milhões, caso os valores divulgados sejam considerados diretamente comparáveis. Esse montante representa uma diferença aritmética, não um orçamento detalhado confirmado para equipamentos.

OBS6:

O Hub de Projetos do BNDES, por sua vez, informa que o investimento ainda não tem estimativa consolidada porque o projeto está em fase de estudos.

Portanto, é necessário distinguir três informações:

1. Estimativa divulgada: R$ 1,9 bilhão, segundo o GHC.
2. Orçamento definitivo: não identificado nos documentos consultados.
3. Custo total da concessão ao longo do contrato: não identificado nos materiais disponíveis.

O terceiro item é especialmente relevante. O investimento inicial em construção e equipamentos não equivale necessariamente ao custo total para o poder público. Para avaliar esse custo, será necessário conhecer o prazo da concessão, a estrutura de remuneração da empresa, os pagamentos previstos, os mecanismos de reajuste, os custos de fiscalização e os riscos assumidos por cada parte.

Não é possível calcular o custo total da PPP ou compará-lo com outras alternativas de execução sem essas informações.

5. Cronologia e etapas do projeto

A documentação consultada permite reconstruir a seguinte sequência.

2020

15 de julho de 2020 — qualificação no PPI

O Decreto nº 10.423 qualificou o projeto no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, conforme a descrição apresentada pelo BNDES na RFI.

2024–2026

Preparação interna pelo GHC

Segundo a Gerência de Projetos, os dois anos anteriores ao início formal da estruturação envolveram diretorias e gerências na definição de fundamentos, prazos e diretrizes do empreendimento.

Março de 2026

RFI nº 03/2026 — consulta ao mercado de consultorias

O BNDES publicou a Solicitação de Informações para mapear qualificações técnicas, pesquisar preços e receber contribuições às especificações técnicas. O prazo para envio das respostas foi prorrogado até 4 de março de 2026, às 18h.

10 de julho de 2026

Apresentação pública do projeto em simpósio

O GHC realizou o Simpósio de Inovação e Consolidação no Futuro do SUS, que abordou o modelo previsto para o complexo e estratégias de incorporação tecnológica.

8 de setembro de 2026

Início formal da estruturação

Foi anunciado o início dos trabalhos conduzidos pelo BNDES, em parceria com o Ministério da Saúde e a Casa Civil, com apoio de consultorias especializadas. Houve

apresentação do plano de trabalho e organização das frentes técnicas. A notícia foi publicada pelo GHC em 9 de setembro.

CRONOGRAMA 2027

1º trimestre de 2027

Estudos técnicos — previsão do BNDES

O cronograma público do Hub de Projetos indica esse período para a etapa de estudos técnicos.

2º trimestre de 2027

Consulta pública, aprovações e edital — previsão

O cronograma divulgado pelo BNDES prevê consulta pública, aprovação pelos órgãos de controle e publicação do edital nesse trimestre.

3º trimestre de 2027

Leilão — previsão

O Hub de Projetos indica o terceiro trimestre de 2027 como período previsto para o leilão da concessão.

4º trimestre de 2027

Contrato — previsão

A previsão publicada pelo BNDES aponta o quarto trimestre de 2027 para a contratação. Trata-se de cronograma indicativo, sujeito ao desenvolvimento dos estudos e às etapas de aprovação e seleção.

OBS7:

Atenção à interpretação do cronograma: as etapas de 2027 são previsões publicadas no Hub do BNDES, e não comprovação de que cada fase já foi concluída ou de que ocorrerá necessariamente na data indicada.

O material fornecido também menciona **início de obras no segundo semestre de 2029 e entrega da primeira etapa no segundo semestre de 2030**. Entretanto, não localizei essas datas confirmadas nas páginas oficiais consultadas. Por isso, elas não devem ser tratadas como cronograma oficial validado sem documentação complementar.

6. O que significa a RFI nº 03/2026

A RFI (Request for Information) é uma solicitação de informações ao mercado. Seu objeto imediato não é contratar a construção do hospital, mas obter subsídios para a seleção das consultorias responsáveis pela estruturação e modelagem da futura PPP.

O BNDES estabeleceu quatro objetivos para essa etapa:

1. Dar transparência ao processo de contratação de consultores.
2. Mapear as qualificações técnicas das empresas interessadas.
3. Realizar pesquisa de preços para estabelecer o valor estimado da contratação dos serviços de estruturação.
4. Receber contribuições para a minuta das especificações técnicas.

A RFI prevê uma etapa posterior de solicitação de propostas, denominada RFP (Request for Proposal). Para essa seleção de consultorias, o BNDES indicou os pesos de 70% para avaliação técnica e 30% para preço. Esses percentuais dizem respeito à contratação das consultorias de estruturação; não devem ser confundidos com os critérios de julgamento do futuro edital de concessão do hospital.

A resposta à RFI poderia, a critério do BNDES, constituir requisito para participação na futura seleção das consultorias. O próprio documento ressalva que a publicação da RFI e o envio de respostas não geram obrigação de contratação nem expectativa de direito.

7. Questões estratégicas para acompanhamento

Para que a ASERGHC tenha condições de avaliar o alcance da proposta, os próximos documentos deverão esclarecer questões que não estão respondidas de maneira suficiente no material consultado.

Tema	**Informação necessária**
Custo público	Investimento definitivo, remuneração da concessionária, prazo contratual, pagamentos totais e reajustes previstos.
Dimensionamento hospitalar	Distribuição final dos leitos, capacidade por especialidade e comparação com a oferta atual.
Operação assistencial	Plano de transição, continuidade do atendimento e funcionamento das unidades durante as obras.
Força de trabalho	Impactos sobre lotação, atribuições, vínculos, dimensionamento e organização das equipes próprias e terceirizadas.
Serviços não assistenciais	**Relação detalhada das atividades transferidas à concessionária e limites de cada responsabilidade**.
Equipamentos e tecnologia	Critérios de aquisição, atualização, reposição, manutenção e incorporação tecnológica.

Fiscalização	Indicadores de desempenho, metas de disponibilidade, sanções e **mecanismos de controle público**.
Riscos contratuais	Distribuição dos riscos de construção, atrasos, custos adicionais, manutenção e desempenho.
Participação pública	**Calendário, formato e documentação da consulta pública, além dos canais para contribuições.**
Transparência	Disponibilidade dos estudos técnicos, jurídicos, operacionais e econômico-financeiros, com suas premissas e conclusões.

Esses pontos são questões para análise e acompanhamento.

8. Conclusão

O Novo Complexo de Saúde Inteligente do GHC está em fase de estruturação para uma possível concessão administrativa. A proposta reúne um investimento de grande porte, reorganização de serviços hospitalares, ampliação da capacidade prevista e transferência de responsabilidades de infraestrutura e apoio à iniciativa privada, com manutenção da assistência médica sob responsabilidade pública.

Até 29 de outubro de 2026, os elementos mais concretos são a abertura da etapa de estruturação, a publicação da RFI para contratação de consultorias, os parâmetros assistenciais divulgados e o cronograma indicativo do BNDES para 2027. O valor de R$ 1,9 bilhão foi anunciado pelo GHC, mas ainda não aparece como estimativa consolidada no Hub de Projetos do BNDES.

Para uma avaliação institucional consistente, é fundamental acompanhar a publicação dos estudos e das minutas contratuais. São esses documentos que permitirão examinar o custo global, a divisão efetiva de responsabilidades, os impactos sobre a organização do trabalho, os mecanismos de fiscalização e as condições de preservação da qualidade e da continuidade do atendimento público.

Fontes oficiais para consulta

- BNDES — RFI nº 03/2026 – Projeto PPP Novo Hospital do GHC: Consultar a RFI e suas especificações.
- BNDES — Hub de Projetos, Novo Complexo de Saúde do GHC: Consultar o projeto e o cronograma previsto.
- GHC — Novo Complexo de Saúde Inteligente avança para a etapa de estruturação, 9 de setembro de 2026: Ler a divulgação institucional.
- GHC — Simpósio de Inovação e Consolidação no Futuro do SUS, 16 de julho de 2026: Consultar a notícia sobre o projeto.